

Dinheiro e confiança do Bird para o Brasil

O presidente do Banco Mundial, A.W. Clausen, declarou a este jornal, numa longa entrevista exclusiva, que a instituição deseja ser sensata e sensível em relação às necessidades do Brasil e dos demais países latino-americanos nas circunstâncias atuais. E que, se tudo der certo, desembolsará cerca de 1 bilhão de dólares para o Brasil durante este ano. A cifra é o dobro do que foi desembolsado em qualquer outro período.

Clausen, que se tornou presidente do Banco Mundial em 1º de julho de 1981, e antes disso trabalhou 32 anos para o maior banco privado dos Estados Unidos, o Bank Of America, do qual foi presidente durante 11 anos, disse que seria trágico e suicida para o Brasil ou qualquer outro país devedor declarar uma moratória unilateral. Condenou como inapropriada a ideia de se constituir uma "Opep dos devedores". E disse que a dívida dos países em desenvolvimento terá de ser resolvida de maneira individual, caso por caso. "Não existe uma coisa chamada dívida do Terceiro Mundo", afirmou. "O que há são problemas específicos de países."

Clausen opõe-se, ainda, a qualquer tentativa de resolver a questão da dívida através de grandes esquemas propostos por financeiros e economistas, que consideram insuficientes as medidas convencionais e de emergência, adotadas até agora. O presidente do Banco Mundial acredita que a comunidade financeira internacional responde com presteza e eficiência aos apelos que recebeu, e que o problema de países como o Brasil é meramente de liquidez temporária e não de solvência a longo prazo. Uma coisa poderia transformar-se na outra, se a recessão perdesse por mais dois anos. Mas Clausen acredita que 1983 será melhor.

A seu ver, o que cada um tem de fazer, por enquanto, é reconhecer suas obrigações. "Acho que a obrigação de um país de pagar sua dívida é algo muito precioso, embora circunstâncias especiais possam impedir-lo de honrar seus compromissos no prazo certo", disse. Nesses casos, a dívida pode ser reescalonada com anuência dos credores, na base da negociação e nunca da renúncia unilateral.

Fui criado, creio, para honrar contratos, e acho que contratos devem ser honrados — afirmou o presidente do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), o nome inteiro do Banco Mundial.

Clausen, que no dia 17 de fevereiro completou 60 anos, começou nervosamente a primeira entrevista que concedeu a um jornal latino-americano. Isso porque, além de cansado (acabava de retornar de viagem), ficou irritado com um enorme gravador e microfone colocados diante dele por um funcionário do próprio banco. O gravador foi afastado quando interrompeu a entrevista para protestar, mas demorou um pouco para Clausen recompor-se. Aos poucos, seu bom-humor retornou.

Clausen, que jamais usa seu nome completo, formou-se em Direito pela Universidade de Minnesota em 1949 e freqüentou o programa avançado da Escola de Administração de Empresas de Harvard, em meados dos anos 60. Recebeu títulos de doutor honorário de diversas universidades norte-americanas.

•••••

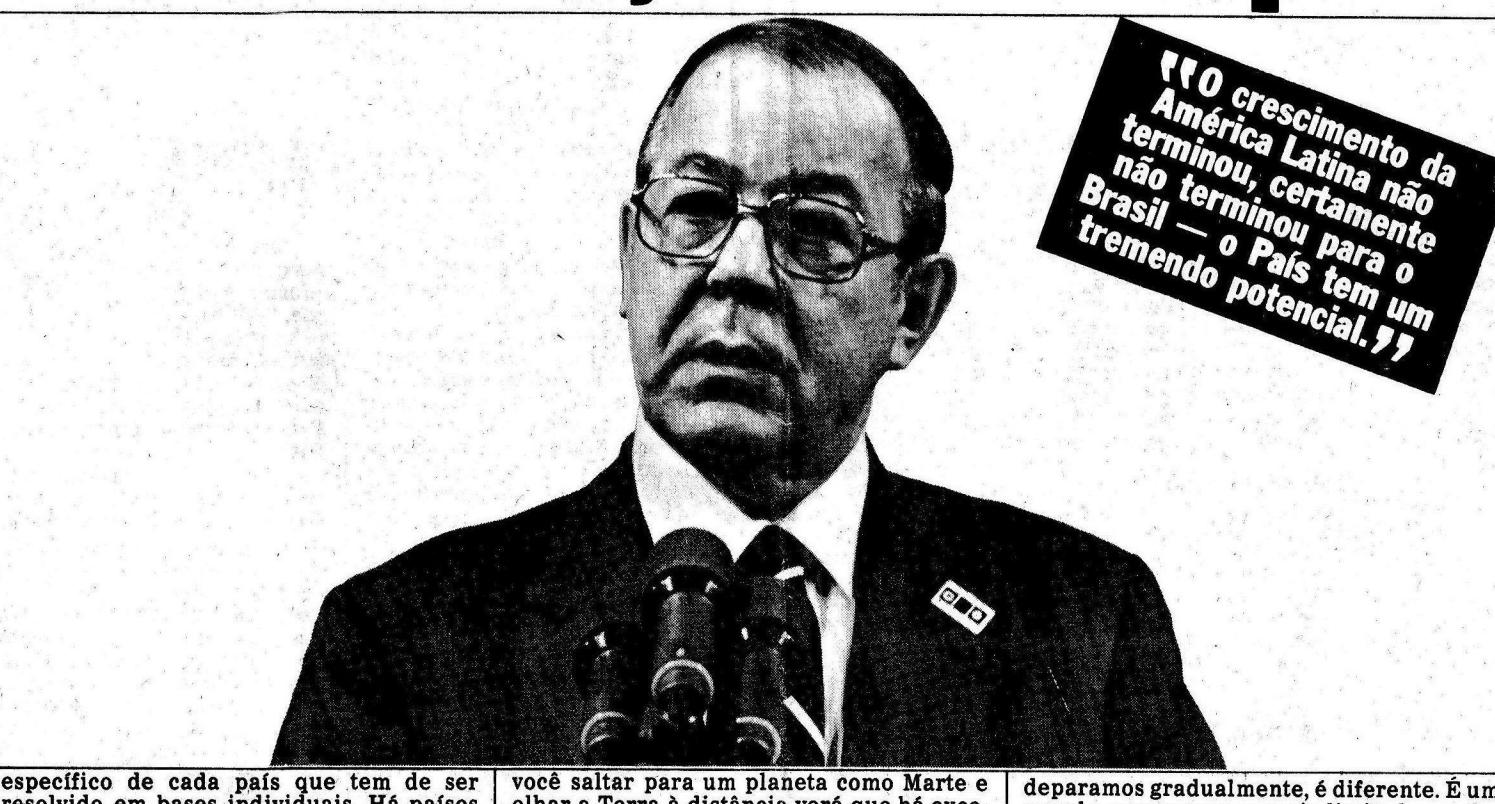
JT — Como o sr. mesmo tem observado, a economia mundial encontra-se em situação extremamente difícil. Seu discurso, em Harvard, provocou grande interesse, mas há muitos especialistas que não acreditam que as soluções convencionais ou de emergência, postas em prática até agora, resolvam os problemas de alguns países em desenvolvimento, quer seus problemas de liquidez a curto prazo, quer seus problemas de solvência a prazo mais longo. Alguns financeiros do setor privado, como Felix Rohatyn e Anthony Gebauer, e mesmo membros do governo norte-americano (embora não falem em nome do governo) têm sugerido soluções mais audaciosas. Anthony Gebauer, vice-presidente do Morgan, por exemplo, sugeriu que o Banco Mundial venda bônus aos bancos comerciais, com taxa fixa de juros de 9% ao ano, e repasse os recursos obtidos assim a países em desenvolvimento, como o Brasil, com a mesma taxa, mais um spread razoável, a prazo de 15, 20 ou mais anos, a fim de apoiar grandes projetos com longo prazo de maturação. O que o sr. acha dessas propostas?

Clausen — Deixe-me começar pela última parte de sua pergunta. O que é diferente, no que foi sugerido pelo seu amigo do Morgan Guaranty, do que já estamos fazendo? Pensei que o Banco Mundial estava vendendo obrigações a prazo fixo por dez anos e emprestando a países do Terceiro Mundo com pequena margem (de spread). Isso é exatamente o que temos feito nos últimos 38 anos. Quanto à primeira parte de sua pergunta, se a fórmula que está sendo usada funcionaria, diria que até agora funcionou. Mas sua pergunta levanta dúvida sobre a análise segundo a qual esses são problemas de liquidez, e insinua que há problemas de solvência...

JT — Alguns especialistas dizem isso com todas as letras.

Clausen — Bem, se há problemas de solvência, isto é outra coisa, porque tentar resolver o problema errado ou usar o antídoto certo para outro tipo de problema não vai conduzir-nos à solução. Eu discordo que existam questões de solvência. Pode haver a longo prazo. Quanto mais o mundo permanecer operando de forma contingente, quanto mais durar a recessão em que nos encontramos nos últimos dois anos, isto é, se isso durar por mais dois anos, o problema vai ficar mais complexo, profundo e exacerbado. Mas eu vejo mudança em 1983. Acho que 83 vai ser melhor.

Quanto à questão das sugestões para financiar ou comprar as obrigações em mãos dos bancos comerciais — você mencionou Felix Rohatyn, professor magnífico de Peter Kenney, entre outros — há várias outras idéias, é verdade. Eu lembro a seus leitores de que não existe uma coisa chamada "dívida do Terceiro Mundo". O que há são problemas específicos de países, alguns dos quais têm dificuldade em servir sua dívida, porque tomaram excesso de empréstimos e, por causa de uma série de mudanças que ocorreram (na economia internacional), como taxas de juros mais altas em termos reais, crescimento econômico mais lento, estagnação e queda do volume do comércio internacional. Esta é a primeira vez em que há coincidência entre o não crescimento da produção industrial e o crescimento negativo do volume do comércio internacional, agravado pelo protecionismo. Assim, alguns países se viram com falta de divisas para servir sua dívida. Mas acho que houve muito boa cooperação da comunidade financeira internacional, que foi capaz de responder às necessidades dos Máticos, das Argentinas, dos Brasils e das Iugoslávias etc. Isso mostra que há compreensão e determinação. É o problema



"O crescimento da América Latina não terminou, certamente não terminou para o Brasil — o País tem um tremendo potencial."

específico de cada país que tem de ser resolvido em bases individuais. Há países do Terceiro Mundo que tomaram empréstimos de menos e outros que têm dívida. E, destes, alguns estão atravessando dificuldades. Há todos os tipos e graduações. Portanto, vir com uma solução macro e dizer, como você e colegas da Imprensa fazem, que há uma "dívida do Terceiro Mundo" — expressão que afaço um pouco de objeção — acho que é uma análise errada.

Fui criado, creio, para honrar contratos e acho que contratos devem ser honrados. As obrigações têm de ser honradas. Há circunstâncias atenuantes que surgem nos casos de alguns países, não para todos. Ai, as coisas têm de ser ajustadas e os prazos alongados, através do reescalonamento da dívida ou de alívio temporário que permita ao país respirar e colocar-se em chão mais firme para apanhar os frutos da colheita futura, quando houver mais crescimento global, aumento dos preços das commodities (produtos básicos), menores taxas de inflação e comércio mais aberto.

JT — Mas não se pode ignorar que têm havido vários apelos para que Brasil, México e Argentina, por exemplo, declarem uma moratória unilateral. Há até pessoas que propõem a formação de uma "Opep dos devedores" para lidar com os credores.

Clausen — Não acredito que essa seja uma solução apropriada. Acho que a solução deve ser individual. Não posso ser mais claro do que já fui. Os países que tomaram poucos empréstimos podem pedir mais. Por que reescalonar? A solução final é o ajustamento do país com a cooperação e o apoio de todos os participantes, inclusive, em primeiro lugar, do próprio país, e das instituições multilaterais de financiamento, do setor privado no mercado financeiro internacional, para que haja viabilidade a longo prazo, e não as soluções que são recomendadas excepcionalmente por esses poucos.

JT — E a solução unilateral?

Clausen — Vamos falar disso um pouco. Há um preço que tem de ser pago, um preço muito alto, pela renúncia ao compromisso de pagar. Deixe-me dar um exemplo do que aconteceu no meu próprio país. A cidade de Detroit, nos anos 30, creio, não pôde pagar suas obrigações com o público. Levou mais de um quarto de século para que voltasse a ter acesso ao mercado de crédito. Confiança é, num sentido muito amplo, uma coisa muito nebulosa. E o que precisamos agora é confiança de que há soluções — um reconhecimento de que a disposição dos credores de atender às situações específicas, em bases individuais, dos países — levando em consideração sua capacidade de servir a dívida e suas potencialidades, recursos e fluxos necessários — NAO É UMA COISA IMPLÍCIA (abrangentes) não vai ajudar a confiança, especialmente se for feito de maneira unilateral. Concordaria com aqueles que dizem ser suicídio. Se for feito, será a um custo gigantesco.

JT — Imagino que o custo para uma cidade como Detroit seria menor do que para uma nação.

Clausen — Isso não é o ponto focal. O ponto é o princípio. Detroit destruiu-se no mercado. O ponto é essa coisa da confiança. E os países do Terceiro Mundo precisam da confiança dos doadores internacionais. E, portanto, rejeitar a dívida unilateralmente, com ou sem Opep dos devedores, não vai contribuir em nada para restaurar a confiança da comunidade internacional na crença de que os futuros contratos serão honrados.

O castigo para o calote

JT — Voltando à questão das penalidades, o sr. poderia fornecer-me uma lista do que aconteceria a um país que declarasse uma moratória unilateral?

Clausen — Acho que é tão óbvio. Não gostaria de me estender nesse ponto. Pergunto: quais são as possibilidades de que esse país, depois de fazer isso, possa sair por aí dizendo que precisa de mais assistência financeira para cobrir os próximos seis meses? Se um país quiser alijar-se (do mercado) e prejudicar sua capacidade de acesso ao mercado então faria o que você está sugerindo.

JT — Não estou sugerindo nada, estou perguntando com base nas sugestões feitas por outros, até mesmo no meu país.

Clausen — Seria trágico. Acho que a obrigação de um país de pagar sua dívida é algo muito precioso. Também reconheço que há circunstâncias, fora do controle desses países, que podem impedi-los de honrar seus contratos no prazo certo. Honrâ-los no prazo seria tão oneroso que o país teria de procurar maneiras de estender o prazo, entendendo-se com os credores, isto é, em bases negociadas, toma aqui, dá lá. Agora, esse é o tecido de que estabelece confiança. Tem de ser feito em bases individuais, particularmente quando se lida com países. Países não quebram. Como disse na conferência que você mencionou, países são diferentes de empresas. Em 1982, nos Estados Unidos, houve 53 mil falências. Mas um país não pode declarar bancarrota. Um país tem de ficar lá, só mudar os seus líderes. Portanto, um país em desenvolvimento que tem aspirações para seu povo precisa de recursos externos, se não os têm internos, para satisfazer o momento, as ambições que motivam o país. Isso quando deseja atingir melhor padrão de vida para seu povo, explorar seus recursos. E aí precisa ter acesso ao mercado externo. É um jogo fechado. Se

você saltar para um planeta como Marte e olhar a Terra à distância verá que há excessões e escassez, fluxos de recursos entre nações, verá que alguns países precisam importar e outros exportar e que há um sistema financeiro que serve de intermediário para esses fluxos — o setor privado, o setor multilateral. Nossa própria instituição exerce um papel muito pequeno no processo de intermediação, por ter acesso aos mercados de capitais dos Estados Unidos, da Alemanha, do Japão e da Suíça, enfim dos países industrializados. Esse dinheiro o Banco Mundial repassa aos países em desenvolvimento a longo prazo, até 20 anos. Neste ano fiscal, intermediremos mais de 11 bilhões de dólares dessa maneira. Além disso, obteremos doações de 33 países, que repassaremos aos países mais pobres por prazos de até 50 anos.

JT — Isso é sabido. Mas quando o senhor se tornou presidente do banco, numa de suas primeiras entrevistas coletivas, se não me engano, insinuou de certo modo que o gearing ratio (taxa de alavancagem) do Bird fosse alterada, seu trabalho seria facilitado, o banco poderia tomar mais dinheiro emprestado e, portanto, emprestar mais. Chegou a mencionar o gearing ratio do Bank of America.

Clausen — Deixe-me refrescar sua memória. Isso aconteceu durante as discussões em torno da criação de uma agência energética filiada ao Banco Mundial. E verdade que, sabendo o que sabemos agora sobre o mundo, sobre o banco, e se fôssemos criar um Banco Mundial agora, recomendaria que tivéssemos um gearing ratio diferente do um para um, que é o que temos. E porque estou acostumado com um gearing ratio de 28 para um no Bank of America. Mas, como instituição, não podemos tomar emprestado mais do que o capital e os lucros retidos somados. Isso é, um para um. E porque temos vendido títulos por mais de três décadas no mercado de capitais para levantar os recursos que emprestamos a países com crédito, essas obrigações estão na posse de milhares de tomadores. Não podemos contactar todos para perguntar se concordam com a mudança das regras. Eles compraram esses títulos acreditando que a dívida total (do Bird) seria mantida dentro do gearing ratio de um para um. Mudar isso prejudicaria nossa capacidade de colocar títulos do banco. Melhor solução é aumentar o capital do Bird. E gostaríamos de ver integralizada uma modesta proporção desse capital, em termos reais. O último aumento de capital requer uma integralização de 7,5% do total e isso é modesto.

JT — No Banco Interamericano de Desenvolvimento estão reduzindo a parte integralizada para 4,5%. O sr. acredita que a mesma coisa pode acontecer no Bird?

Clausen — Começamos com 20% de integralização. Depois passou para 10% e posteriormente para 7,5%. Sou a favor da mudança, mas seria insincero se não dissesse que o Bird precisa de capital. Precisamos ganhar dinheiro e reter nossos lucros e aumentar nossas reservas. Preferimos o capital a ter de pedir emprestado a taxas de juros muito boas.

É tempo de ajustamento

JT — Todas essas coisas têm importância a longo prazo. Mas fomosmos o caso do Brasil agora. A pressão do programa acertado com o FMI será enorme no primeiro ano. Muitos suspeitam que os recursos provenientes dos bancos comerciais e das instituições multilaterais e governos não serão suficientes. O Brasil, supõem alguns, terá de voltar ao mercado e pedir novos empréstimos aos bancos em meados do ano ou pouco depois. O que o sr. acha?

Clausen — Estes são tempos muito difíceis para o seu país e outros. Os últimos dois anos tornaram muito claro que todas as nações terão de ajustar (suas economias). Não consigo pensar numa exceção. Quanto mais forte for uma nação, tanto mais fácil será ajustar-se. Os países muito pobres não têm nenhuma margem, nenhuma gordura que possa ser queimada. Depois há os países intermediários, como o Brasil.

O Brasil precisa fazer ajustamentos. Está fazendo-os. Está tentando racionalizar seus vários setores econômicos, racionalizar a administração de sua economia, tentando promover mais recursos internos para que possa reduzir a dependência do Exterior. Qualquer credor examina o país para ver se está utilizando seus recursos eficientemente. Se nós dois somos vizinhos e você vê dando festas, vivendo além de minhas posses, fazendo coisas que não deveria estar fazendo, comprando artigos de luxo e, de repente, ouve bater a porta e sou eu dizendo que estou duro e gostaria de um empréstimo, você provavelmente não vai desejar atender-me, especialmente se eu for barulhento e bêbado.

Por outro lado, se costumava ter grandes automóveis, mas decidi dirigir carros de segunda mão, viver dentro de minhas posses e reduzir minhas atividades festivas, ai poderia chegar a você e dizer: "Preciso de ajuda, preciso de mais tempo para ajustar-me". E mais provável que você mostrasse sua boa vontade. Mais ajustamentos, mesmo nos melhores tempos, são difíceis. Como disse, ao sair do encontro do banco e do Fundo (Monetário Internacional) em Toronto, no outono passado, havia uma convergência de opiniões, não um consenso, sobre a necessidade de todos os países ajustarem suas economias. Este mundo, com que nos

deparamos gradualmente, é diferente. É um mundo com recursos mais limitados e, durante esses períodos, todos os países têm de aprender a viver segundo os seus meios.

JT — Como presidente do Banco Mundial o sr. possui e tem de possuir uma visão mais larga do que do Fundo Monetário Internacional, que geralmente encara o problema a curto prazo...

Clausen — Esta é a sua função, preocupar-se com balanço de pagamento. Nós somos uma instituição desenvolvimentoista...

JT — O banco está mais preocupado com problemas sociais, até políticos. O senhor não teme levantes políticos nesses países, se as medidas de ajustamento forem muito severas, rígidas?

Clausen — Você disse rígidas?

Pergunta: O senhor não as considera rígidas neste momento?

Clausen — O tempo dirá. Muito de qualquer coisa é ruim, mas muito pouco também. O que é necessário é a quantidade certa. E isto depende de que quem vê. Nós dois estamos negociando. Vamos supor que desejo que você me entregue alguma coisa.

Vou dizer: "Muito bem, sr. Clausen, mas quero que o senhor faça algumas coisas. Se lhe dou ajuda em recursos a curto prazo, quero ajudá-lo a reajustar sua economia e observar suas atividades para que, com o tempo, você possa colher os frutos do futuro". Eu respondo afirmado que gosto do que estou fazendo, mas que realmente preciso do dinheiro e, portanto, comprehendo seu ponto de vista. Mas peço que me dê mais seis meses de prazo para resolver este problema, outro ano para resolver aquele e proponho uma redução de determinados juros. Assim, acabamos entrando em acordo. O que quero dizer é: preciso de ajuda, seja lá qual for a razão. No caso de um país ter sempre uma combinação de fatores. Ora, qualquer coisa que seja muito severa, muito rápida, muito profunda não é boa porque rasga o tecido social e político do país, assim como o tecido econômico. Temos de ser realistas.

A grande ajuda do Bird

JT — Gostaria de voltar à questão dos atrasos nos pagamentos. Alguns bancos comerciais participam de projetos de co-financiamento com o Banco Mundial para reduzir seus riscos. Mas entendo que tem havido atrasos nos pagamentos pelo menos dos bancos comerciais envolvidos nesses co-financiamentos. Como se explica isso?

Clausen — Bem, tanto quanto sei, não tem havido atrasos do Brasil com o Banco Mundial. Se houvesse, eu teria notificado todos os membros. Mas se o governo do Brasil não pagou outros credores do co-financiamento...

JT — Isso é problema dos credores privados e não do banco?

Clausen — Nos nossos acordos de co-financiamento, o Banco Mundial fará grande esforço para obter tratamento preferencial para os bancos comerciais no caso de o país ter dificuldade em servir sua dívida. Mas pode ser que o banco decida reescalonar os pagamentos. Quando isso acontece, nós não acompanhamos. O sindicato de que participamos é fragmentado. E estrita política do Bird não refinanciar ou reescalonar, porque já estamos emprestando a prazo muito longo, para começar, e nossas condições são muito favoráveis em comparação com as dos bancos comerciais. Quando o Bird age em defesa dos bancos comerciais, nossa instituição procura conseguir que sejam tratados de maneira preferencial, porque os recursos ainda não desembolsados se dirigem para projetos de alta prioridade naquele país.

JT — Quanto é que o Brasil tem de pagar ao Banco Mundial este ano?

Clausen e Lerdau — No ano fiscal de 1983, o Brasil pagará um total de 250 milhões de dólares de principal e 200 milhões de dólares de juros e comissões. Neste mesmo ano, deverá receber novos empréstimos (desembolsos) no valor de até 700 milhões de dólares.

JT — Portanto, os desembolsos serão maiores do que os pagamentos que o Brasil terá de fazer?

Clausen — Sim.

JT — O sr. espera que essa reunião de cúpula de Williamsburg, em maio, venha com alguma ideia nova para estimular a economia internacional? Os japoneses parecem dispostos a propor uma espécie de novo New Deal, através do qual os países industrializados poderiam financiar projetos de grande envergadura nos países em desenvolvimento.

Clausen — Não tenho base para dizer o que acontecerá em Williamsburg. Espero que a reunião de cúpula examine a questão de como os países industrializados podem alcançar e sustentar, a longo prazo, um crescimento não inflacionário. Espero que os chefes de Estado discutam os problemas econômicos que o mundo enfrenta e se lembram da principal lição que deve ser aprendida dessa recessão global, da qual agora há sinais de que estamos escapando. A principal lição é que os países desenvolvidos sozinhos não podem sair dessa recessão. Eles precisam dos países em desenvolvimento. Portanto, a ajuda para o desenvolvimento tem de ser ampliada em termos reais, no interesse dos próprios países industrializados. Pela mesma razão, podem concentrar sua ajuda nos países mais pobres entre os pobres. Para esses países muito pobres, a commodity mais escassa é os empréstimos concessórios. Sei que, na América Latina,